



## **A CONDICIONALIDADE DE RENDA NO BOLSA FAMÍLIA COMO UMA CONCEPÇÃO NEOLIBERAL**

Fernando de Barros Honda Xavier, Serviço Social, UNINTER,  
ferhonda@icloud.com

Pedro Gabriel de Souza e Costa, Serviço Social, UNINTER,  
pedrogsecosta@gmail.com

Valéria Pilão, UNINTER, valeria.p@uninter.com

Grupo de trabalho 6: Serviço Social e Políticas Públicas

### **Resumo**

O Programa Bolsa Família (PBF), criado por medida provisória em 2003 e transformado em lei no início do ano de 2004, aparece no governo Lula com o objetivo de ser uma política pública de cobertura social, tornando-se um forte instrumento no combate à fome (ZIMMERMANN, 2006). Ao transferir uma quantia financeira a famílias enquadradas na categoria de pobreza e extrema pobreza prevê uma amenização de sua situação imediata. Desta forma, observa-se a sua amplitude, não agindo somente no combate a fome, mas sim englobando outras áreas necessárias a melhoria das condições de vida e dignidade dos indivíduos, tais como saúde e educação. O PBF parte da intersectorialidade, firmando-se como proteção social, focado no desenvolvimento dos indivíduos presentes nas camadas mais vulneráveis da população e sua inclusão na riqueza social. Os resultados de sua implementação são notáveis, com um número real de pessoas deixando o nível da extrema pobreza no Brasil, segundo dados do Ministério de Desenvolvimento Humano (2015). Verifica-se, porém, um ponto importante: para se beneficiar do programa é necessário comprovar a pobreza por meio da condicionalidade de renda, sendo essa condicionalidade parte dos rigorosos critérios para inclusão no programa ao mesmo tempo em que evidencia que se trata de uma política focalizada. As políticas focalizadas caracterizam-se por serem ofertadas a apenas a uma parcela da população em oposição as políticas universais – promovidas a toda população, sem restrição – e por serem uma das marcas das políticas públicas realizadas em países que implementaram as formas de gestão neoliberal. Partindo destas informações e da constatação que foi um governo autodenominado neodesenvolvimentista que iniciou a promoção de tal Programa – colocando-se como crítico ao neoliberalismo – questiona-se de qual forma a condicionalidade de renda no programa Bolsa Família mostra-se neoliberal? A pesquisa bibliográfica em artigos, livros e dissertações foi utilizada como metodologia de pesquisa. Foram estabelecidos os objetivos a) caracterizar o programa Bolsa Família, b) contextualizar os ideais neoliberais, e c) verificar como a condicionalidade de renda manifesta uma atitude neoliberal no PBF. Sucedendo o liberalismo clássico, o neoliberalismo caracteriza-se por sua base similar ao seu antecessor, baseia-se na teoria do bem-estar humano estar ligado as liberdades e capacidades empreendedoras individuais em um meio no qual se garante o direito à propriedade privada e ao livre mercado (HARVEY, 2013). Parte do pressuposto da consolidação dos interesses do liberalismo clássico, vindo então para reforçar o que é considerado o lado positivo da liberdade individual e empreendedora. O neoliberalismo mostra-se como uma ideologia capaz de permeiar as mais diversas esferas da vida social (DAMBORIARENA, 2016), não se resumindo somente a economia. O resultado dessa característica evidencia-se na sociedade, que se cria ou desenvolve-se nesse meio, absorvendo e reproduzindo suas características, tornando-as naturais em suas interações. A peculiaridade observada no



neoliberalismo está presente no que diz respeito ao Estado, este sendo um ator cujo papel em uma utopia liberal deveria ser mínimo, contudo aparece no neoliberalismo com outra roupagem. No modelo neoliberal, o Estado deve ser forte para acabar com o papel dos sindicatos e movimentos operários, administrar o dinheiro público com a finalidade de diminuir gastos sociais e com isso controlar o nível de desemprego e o exército de reserva (CARRIEL, 2011). Desta forma, o Estado não se exclui do manejo do mercado e suas regulações, controlando os recursos públicos a favor do capital, em resumo o Estado é um agente do capital. No que diz respeito às políticas públicas valoriza as ações focalizadas em detrimento das universais tal qual defende um dos principais ideólogos do neoliberalismo, Friedrich von Hayek (1990). Com isto apreendemos que dentre as condicionalidades presentes no PBF, a baseada na renda é a que demonstra ser um real empecilho na completa emancipação e desenvolvimento dos indivíduos, sendo, inclusive, capaz de mantê-los em sua situação de vulnerabilidade, amenizando a miséria e a pobreza, mas não a superando. Por conta de o benefício ser repassado somente aqueles que se encontram em determinada faixa de renda, uma parcela significativa da população que não deixa de ser pobre fica desassistida. Assim, as famílias capazes de melhorar um mínimo suas condições de vida, deixam de receber o benefício e, conseqüentemente, voltam ao patamar anterior (PEREIRA; SIQUEIRA, 2010). Neste ponto, encontra-se uma contradição e identifica-se o círculo vicioso para a manutenção da pobreza. O programa Bolsa Família acaba por ter um caráter imediatista ao garantir o consumo dos indivíduos, atenuando efeitos da pobreza, mas sem considerar o desemprego nem a distribuição de renda geral, focando na extrema pobreza e no estímulo ao trabalho (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2004). Cabendo aqui um adendo, o PBF tem um perfil de programa de transferência de renda restrito, não sendo um direito previsto na Constituição Federal. Ao focalizar a política social, o âmbito universal é deixado de lado, permitindo um controle planejado da pobreza (CARRIEL, 2011), o que acarreta na diminuição de gastos sociais, um atributo neoliberal. O capital é favorecido na medida em que os investimentos são transferidos das políticas sociais universais para o mercado e o capital, diretamente. Ao fim desta pesquisa não é negada a importância do programa aos indivíduos que são diretamente beneficiados, mas é levada em perspectiva a imprescindibilidade de investimento em políticas sociais mais extensivas/universais e na importância de superar as estruturas sociais vigentes, ou seja, superar a marca neoliberal presente na história brasileira e que foi reproduzida no principal programa social desenvolvido pelo partido que inicialmente colocou-se como oposição aos preceitos neoliberais.

Palavras-chave: Bolsa Família, Neoliberalismo, Condicionalidade, Renda

Referências:

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Um país menos desigual: pobreza extrema cai a 2,8% da população. 2015. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/aceso\\_informacao/coletiva\\_imprensa\\_ministra\\_tereza\\_campello\\_pnad\\_2014.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/aceso_informacao/coletiva_imprensa_ministra_tereza_campello_pnad_2014.pdf)>. Acesso em: 27 ago. 2018.

CARRIEL, F. de J. **Programas de transferência de renda, focalização e o programa Renda Cidadã do estado de São Paulo: questões para o debate**. 5ª Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2011, São Luíz. pp.1-8. Disponível em: <[http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA\\_EIXO\\_2011/MPASSES\\_E\\_DESAFIOS\\_DAS\\_POLITICAS\\_DA\\_SEGURIDADE\\_SOCIAL/PROGR](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/MPASSES_E_DESAFIOS_DAS_POLITICAS_DA_SEGURIDADE_SOCIAL/PROGR)>



AMAS\_DE\_TRANSFERENCIA\_DE\_RENDA\_FOCALIZACAO\_E\_O\_PROGRAMA\_RENDA.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2018.

DAMBORIARENA, L. Neoliberalismo como Ideologia: uma reflexão sobre a sua reprodução na vida cotidiana a partir de Henri Lefebvre. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**. v. 3, n. 1, pp. 63-76, jun. 2016.

HAYEK, F. **O caminho da servidão**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

HARVEY, D. **O Neoliberalismo: história e implicações**. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

PEREIRA, C. P.; SIQUEIRA, M. C. A. As contradições da política de assistência social neoliberal. In: BOSCHETTI, I.; BEHRING, E. R.; SANTOS S. M. de M. dos; MIOTO, R. C. T. (Orgs.). **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, M. O. da; YAZBEK, M. C.; GIOVANNI, G. di. **A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. São Paulo: Cortez, 2004.

ZIMMERMANN, C. R. Os Programas Sociais Sob a Ótica dos Direitos Humanos: o Caso do Bolsa Família do Governo Lula. **SUR - Revista Internacional de Direitos Humanos**, n. 4, ano 3, pp. 144-159, 2006.